



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003658-73.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Impetrante: **Almir Alex Marino**
 Impetrado: **DIRETOR DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado **ALMIR ALEX MARINO** contra ato exarado pelo **DIRETOR DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE SÃO PAULO - DETRAN**, alegando que foi instaurado em seu desfavor um procedimento de suspensão do direito de dirigir, por existir em seu prontuário infrações de trânsito cometidas com o veículo VW/Brasília, placa ABN-2575, ano fabricação/modelo 1974/1974, Renavam 00513444122. Argumenta não ser responsável pelas infrações de trânsito, em virtude de ter vendido referido veículo, em 12/04/2010. Requer a concessão da segurança para que seja garantido o seu direito de dirigir. Vieram documentos à fls. 6/16.

Liminar concedida a fls. 17/19.

O ente público interessado, departamento Estadual de Trânsito- DETRAN, requereu sua admissão como assistente litisconsorcial (fl. 37).

A autoridade coatora não prestou informações.

O Ministério Público manifestou-se pela sua não intervenção no feito (fl. 63).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O processo pode ser julgado no estado em que se encontra, sobretudo porquanto desnecessária a produção de outras provas para convencimento judicial sobre a questão.

O pedido não comporta acolhimento, não obstante, inicialmente, o impetrante aparentasse ter o bom direito.

Embora conste da certidão de fls. 11 que o autor assinou o documento de transferência do veículo, figurando como compradora Maria Eliane da Silva, referido documento não foi por ela assinado, permanecendo o veículo ainda registrado em nome do impetrante do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

autor.

A alienação de um veículo é um ato formal, na medida em que, para a efetivação da transferência de domínio, há a necessidade da assinatura do adquirente, com firma reconhecida, do Documento Único de Transferência - DUT, localizado no verso do Certificado de Registro de Veículo - CRV, com a posterior entrega de cópia autenticada deste documento, pelo *vendedor* e antigo proprietário, ao DETRAN, para atualização de seu cadastro. Uma vez alienado o bem e, cumpridas estas formalidades, há a transferência de propriedade.

No caso dos autos não há a assinatura da compradora, como visto, tampouco qualquer prova concreta que ateste que o veículo esteja na posse dela.

Embora o artigo 2º do Decreto Estadual n. 60.489/2014 imponha ao Tabelião de Notas o dever de comunicar a venda de veículo automotor “logo após a efetivação do ato de reconhecimento de firma por autenticidade do transmitente/vendedor”, o aperfeiçoamento do ato de comunicação de venda depende de envio pelo Tabelião de Notas de “cópia digitalizada, frente e verso, do Certificado de Registro do Veículo - CRV preenchido e com firmas reconhecidas por autenticidade” (grifei).

Ou seja, a formalização da comunicação de venda pressupõe o reconhecimento por autenticidade das assinaturas do vendedor e do comprador no documento de Autorização para Transferência de Propriedade de Veículo.

O artigo 8º, § 1º, da Portaria DETRAN/SP n. 1.680, de 20.10.2014, dispõe expressamente que “[no caso de transferência da propriedade, o documento de que trata o inciso I deste artigo deverá ser preenchido em nome do comprador e assinado, com reconhecimento de firma por autenticidade, pelo vendedor e pelo comprador” (grifei).

A comunicação de venda de veículo automotor implica transferência ao comprador de responsabilidade administrativa e tributária sobre o bem; não se pode, pois, admitir que o ato seja considerado aperfeiçoado somente com a aposição de *assinatura pelo vendedor* no documento de Autorização para Transferência de Propriedade de Veículo.

Para a Administração, enquanto não houver a comunicação prevista no artigo 134 do Código de Trânsito Brasileiro **ou a expedição de novo certificado de registro**, a titularidade da propriedade será de quem consta no registro antigo. Tal regra é uma formalidade administrativa para direcionar o IPVA, as multas e penalidades correspondentes sobre as infrações cometidas, pois, de outro modo, não teria como o DETRAN tomar ciência das inúmeras transferências de veículos realizadas diariamente e ficar investigando quem está na posse do veículo atualmente.

Sendo assim, verifica-se que o impetrado apenas procedeu ao exercício regular de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

seu direito, ao responsabilizar o impetrante pelas infrações identificadas à fl. 9, cabendo a ele resolver a situação da transferência do veículo, bem como eventual responsabilização por danos sofridos, após a data da venda, em ação própria de conhecimento, contra a indicada compradora, no juízo competente.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido, para o fim de **DENEGAR A SEGURANÇA**, arcando o impetrante com as custas processuais, ressalvado o disposto no art. 12 da Lei de Assistência Judiciária, se o caso, ficando revogada a liminar.

Sem honorários advocatícios ante o que dispõe a Súmula 512 do Supremo Tribunal Federal e a Súmula 105 do Superior Tribunal de Justiça.

Oficie-se à autoridade impetrada dando conta desta decisão.

Publique-se e Intime-se.

São Carlos, 21 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**